



PODER

Pacote de bondades às vésperas das eleições

Senado aprova PEC que turbinha benefícios sociais ao custo de R\$ 41,25 bilhões. Entre as medidas estão o aumento do Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600. Oposição chama proposta de eleitoreira, mas vota a favor. Texto segue para a Câmara

» TAÍSA MEDEIROS

A pouco mais de 90 dias para as eleições, o Senado aprovou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) 1/2022 que amplia benefícios sociais. O texto avançou com ampla maioria: 72 votos contra um, no primeiro turno, e 67 x 1, no segundo. Agora, segue para apreciação da Câmara.

A proposta, de interesse do governo, aumenta o valor do Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600; cria o voucher-caminhoneiro, de R\$ 1 mil; benefícios a taxistas e suplementação financeira para o Alimenta Brasil, entre outros (veja arte). As medidas têm vigência apenas até dezembro deste ano, em caráter emergencial.

A Lei Eleitoral veda a criação ou a ampliação de benefícios a pessoas físicas em ano de realização de pleitos, a não ser em estado de emergência ou de calamidade. Para não haver punição da Justiça, foi incluída na PEC o estado de emergência nacional (leia Saiba mais).

A aprovação do texto significa uma vitória para o governo de Jair Bolsonaro, que busca a reeleição. A intenção é que todos os auxílios já sejam pagos a partir de agosto.

O custo do pacote será de R\$ 41,25 bilhões. O relator da PEC, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), informou que o montante virá de créditos extraordinários.

Todas as propostas faziam parte originalmente da PEC 1 — apelidada, pela equipe econômica do ministro Paulo Guedes, de “PEC Kamikaze”. Foi apenas a ela a PEC 16, de autoria do líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ).

Fernando Bezerra destacou o protagonismo da Casa na votação. “O Senado (...) já vislumbrava esse cenário de dificuldades que nós iríamos enfrentar. Acho que a matéria recebeu a compreensão completa. É evidente que divergências existem, e são naturais no processo democrático, mas todos os partidos encaminharam favoravelmente às propostas que foram apreciadas e debatidas”, ressaltou, após a votação.

O único senador a votar “não” para a proposta foi José Serra (PSDB-SP). Todas as bancadas partidárias orientaram “sim”, porém com ressalvas. É o caso da bancada do Podemos, representada pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que lamentou a não extensão do auxílio aos motoristas de aplicativos. “Nós temos, no Brasil, menos de 100 mil taxistas e mais de um milhão de operadores de aplicativos. Politicamente, foi um tiro pela culatra. Vocês vão ter um milhão de pessoas altamente descontentes, porque criaram para elas uma concorrência desleal. Melhor seria ter incluído todos, ter tratado todos da mesma forma na PEC”, frisou.

Já a bancada do PSD, representada pelo senador Alexandre Silveira (MG), disse entender que a melhor maneira de se fazer justiça social seria por meio da geração de emprego. “Não poderíamos deixar de registrar que a inércia de quatro meses da política econômica comandada pelo ministro Paulo Guedes fez

As medidas

Veja o que foi aprovado. Os benefícios têm duração prevista até o fim deste ano



Auxílio Brasil R\$ 26 bilhões

- Acréscimo de R\$ 200 no benefício mensal (de R\$ 400 para R\$ 600)
- Meta: incluir todas as famílias elegíveis (fila “zerada”)
- Parte do valor poderá ser usado para operacionalização do benefício
- Será vedado o uso em publicidade institucional



Auxílio Gás dos Brasileiros (vale-gás de cozinha) R\$ 1,05 bilhão

- Parcela extra bimestral no valor de 50% do valor médio do botijão de 13kg
- Parte do valor poderá ser usado para operacionalização do benefício
- Será vedado o uso em publicidade institucional



Auxílio para caminhoneiros R\$ 5,4 bilhões

- Voucher de R\$ 1 mil mensais para cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC)
- Será concedido para transportadores autônomos, independentemente do número de veículos eles que possuírem
- Não será preciso comprovar a compra de óleo diesel no período de recebimento



Auxílio para taxistas R\$ 2 bilhões

- Benefício para profissionais cadastrados como motoristas de táxi
- Serão contemplados aqueles cadastrados até 31 de maio de 2022, mediante apresentação do documento de permissão
- A formação do cadastro e o modo de pagamento ainda serão regulamentados



Fonte: Agência Senado



Gratuidade para idosos R\$ 2,5 bilhões

- Transferência para estados e municípios destinada a custear a gratuidade no transporte público para cidadãos acima de 65 anos
- Distribuído na proporção da população idosa de cada estado e município
- 40% do valor será repassado para serviços intermunicipais e interestaduais
- Será destinado somente para estados e municípios com sistema de transporte coletivo urbano em funcionamento



Créditos para etanol R\$ 3,8 bilhões

- Auxílio para estados que outorgarem créditos tributários do ICMS para produtores e distribuidores de etanol hidratado
- Pagamento em parcelas mensais
- Distribuído na proporção da participação de cada estado no consumo de etanol hidratado no ano de 2021
- Estados renunciarão ao direito de pedir indenização por perda de arrecadação decorrente dos créditos outorgados
- Valor será livre de vinculações, mas deverá ser repartido com os municípios e entrará no cálculo de receita para efeito de investimento mínimo em educação
- Objetivo é reduzir a carga tributária do etanol para manter diferencial competitivo em relação à gasolina
- Estados ficam autorizados a “zerar” a tributação sobre a gasolina, desde que façam o mesmo para o etanol



Alimenta Brasil R\$ 500 milhões

- Reforço orçamentário para o programa, que promove compra de alimentos de pequenos produtores e sua destinação para famílias em situação de insegurança alimentar

» O protesto de José Serra

Único a votar contra a PEC, o senador José Serra (PSDB-SP) argumentou que o pacote viola a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e fura o teto de gastos — a regra que limita o avanço das despesas à inflação. As medidas, na visão dele, vão provocar perda da credibilidade fiscal do país, o que pode alimentar a inflação e levar o Banco Central a elevar ainda mais os juros. “O pretexto foi defender quem mais precisa, mas isso deveria ser feito de outra forma. O governo enviaria projeto de lei e créditos extraordinários, sinalizando controle e governança”, disse o parlamentar, em publicação no Twitter. “Na verdade, o ‘pacote de bondades’ é eleitoreiro, só vai até dezembro de 2022 e compromete o futuro das contas públicas. Além disso, a perda de credibilidade fiscal vai estimular inflação, juros mais elevados e reduzir os investimentos necessários para a geração de emprego e renda, que é a mais importante política de combate à pobreza de que dispomos.”

Em relação à extensão do programa Auxílio Brasil e do Auxílio Gás dos Brasileiros, o relator retirou do texto o trecho que previa a destinação de 5% dos R\$ 26 bilhões para a operacionalização, realizada pela Caixa Econômica Federal, e as atualizações tecnológicas necessárias à implementação. O texto ainda veda o uso da verba para “qualquer tipo de publicidade institucional”.

Antes, havia a indicação de que não seria aplicada “qualquer vedação ou restrição prevista em norma de qualquer natureza”. O temor dos opositoristas era de que Bolsonaro usasse esse aval para conceder

ainda mais benefícios durante o período da eleição, caso continuasse atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas de intenção de voto ao Planalto. “Também deixamos claro que as medidas autorizadas pelo estado de emergência reconhecido serão somente aquelas do rol do art. 3º, sem possibilidade de novos programas com base nessa mesma motivação”, afirmou Bezerra, após tirar da PEC o trecho que causou polêmica. “Não resta dúvidas, pois, de que não haverá brecha ou espaço para novas medidas ou ampliação de gastos dessas mesmas medidas.”

Votação a distância

Quatro senadores estavam em missão oficial da Comissão Externa criada para apurar a morte do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, no Vale do Javari. Os parlamentares Raulo Rodrigues (REDE-AP), Fabiano Contarato (PT-ES), Leila Barros (PDT-DF) e Eduardo Velloso (União-AC) votaram por telefone, apenas no primeiro turno.

Mudanças

Na primeira discussão da matéria, na quarta-feira, senadores sugeriram mudanças no texto, e a votação acabou adiada para que os parlamentares pudessem analisar as modificações.

Entre as alterações — que acabaram sendo aprovadas — estão a expansão do auxílio aos motoristas de táxi, registrados até 31 de maio de 2022, com custo de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos; e suplementação financeira, de R\$ 500 milhões, ao Alimenta Brasil, programa de aquisição de produtos da agricultura familiar.

atrasar esse socorro aos brasileiros”, destacou.

Parlamentares fizeram críticas ao que chamam de caráter eleitoreiro da PEC. “Estivemos, muitas vezes, com o ministro da Economia, e, quando se falava na geração de emprego e renda, ele vinha com a história do mercado, de que o mercado é quem define. Estão aí milhões de desempregados, mais de 30 milhões com fome”, disse a senadora Zenaide Maia (Pros-RN). “Essa é uma triste realidade que faz com que nós, aqui, aproveitemos uma PEC dessas a menos de 100 dias da eleição.”

Bolsonaro: “É uma ajuda”

Logo após o Senado aprovar em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia os benefícios sociais em ano eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que o voucher de R\$ 1 mil a ser oferecido a caminhoneiros é baixo.

“Sei que é pouco, sei que caminhoneiro gasta bastante combustível, mas é uma ajuda que a gente está dando”, afirmou o chefe do Executivo em transmissão ao vivo nas redes sociais. “E vem mais coisa, também, de redução de impostos de combustíveis nessa PEC”, acrescentou.

O relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) prevê R\$ 3,8 bilhões para compensar estados que reduzam as alíquotas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente no etanol para manter a competitividade do biocombustível em relação à gasolina.

Preocupado com a queda de seus índices de popularidade, Bolsonaro aumentou, nas últimas semanas, a pressão para impedir novos aumentos dos combustíveis. Para isso, trocou o presidente da Petrobras — saiu José Mauro Coelho e entrou Caio Mário Paes de Andrade — e pressionou governadores a reduzir o ICMS, com o argumento de que, durante a pandemia, os estados receberam grandes volumes de recursos do governo federal.

Ao lado de Bolsonaro, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, afirmou que a solução encontrada pelo governo para a crise dos combustíveis é “estrutural”.

Caminhoneiros pressionam Bolsonaro por causa da escalada do preço do diesel e, volta e meia, ameaçam com greve.

Saiba mais

Controverso estado de emergência

Para blindar o presidente Jair Bolsonaro (PL) de eventuais punições da Lei Eleitoral, foi incluído na PEC um estado de emergência nacional, criticado pela oposição, que, apesar disso, votou a favor da proposta. A legislação impede, em situação normal, a ampliação ou adoção de benesses em ano eleitoral, exceto em caso de estado de emergência ou calamidade.

Como prometeu na quarta-feira, o relator da PEC, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), alterou o parecer final para limitar a definição do estado de emergência. Com o objetivo de pressionar o parlamentar, a oposição chegou a apresentar emenda para retirar totalmente a medida da PEC. O trecho suprimido por Bezerra era visto pelos opositoristas como uma “carta branca” para o governo gastar durante a eleição.